

Mulheres realizam “inauguração popular” da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo

Objetivo da atividade foi simbolicamente colocar o equipamento público em funcionamento e protestar contra descaso da prefeitura e do governo federal em relação às políticas públicas para mulheres em situação de violência

[\(Observatório da Sociedade Civil, 01/11/2017 - acesse aqui\)](#)

“A violência contra mulher não é o mundo que a gente quer. E abre alas que as mulheres vão passar. Nosso lugar não é no forno, nem no fogão. O nosso fogo é o fogo da revolução”, cantavam as mulheres que ocuparam no último domingo (29), a Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo (SP).

A ação durou pouco mais de 24 horas e teve como objetivo chamar a atenção de gestores/as públicos/as e da sociedade. O equipamento público é uma iniciativa do governo Dilma e está pronto desde novembro de 2016. Sua inauguração estava prevista para este ano, mas encontra-se fechado, com mato crescendo e sem vigilância no entorno.

Uma iniciativa do Programa Mulher, Viver sem Violência, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o espaço visa a oferecer atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, com os serviços de acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; promoção de autonomia econômica, cuidado das crianças, dentre outros. De acordo com Sônia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres, o ato foi convocado como uma “inauguração popular” do equipamento. “A Casa é importante, pois integra diversos serviços em um só lugar. A mulher não vai precisar repetir o que aconteceu diversas vezes”,

afirma.

Dados mostram a relevância da medida. Segundo o Datafolha, em 2016, uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência. A cada hora, 503 mulheres brasileiras são vítimas de agressões físicas.

Na segunda-feira (30), as mulheres se reuniram com o secretário especial de Relações Governamentais Milton Flávio e com a coordenadora de políticas públicas para mulher Gislaine Caresei e entregaram um documento pedindo a abertura imediata da Casa e a criação de um conselho gestor representado por trabalhadoras da comunidade local e do movimento feminista. Sônia Coelho analisa positivamente a aproximação. Mesmo sem nenhuma resposta concreta, conseguiram agendar uma reunião com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulher do governo federal.

Neste ano, Michel Temer cortou os investimentos em proteção da mulher vítima de violência de R\$ 42,9 milhões para R\$16,7 milhões. Na cidade de São Paulo, Doria congelou R\$ 3 milhões do orçamento para os serviços de atendimento às mulheres. Nani Sacramento, da Central de Movimento Populares (CMP), afirma estar ocorrendo um retrocesso nas políticas públicas para as mulheres desde a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e o atual desmonte da Secretaria da Mulher pelo governo federal. “As políticas públicas não serão para protagonizar as mulheres, mas sim manter uma sociedade machista e conservadora. As mulheres estarão nas ruas em marcha até que todas sejamos livres.”

De acordo com nota divulgada pela prefeitura de São Paulo, “somente após a conclusão das obras e entrega das chaves pelo governo federal é que a gestão e administração da Casa da Mulher Brasileira de São Paulo passará efetivamente à responsabilidade da gestão municipal.”

Por Felipe Sakamoto, do Observatório

Assembleia concede Prêmio Beth Lobo a ativistas de direitos humanos das mulheres

Parte das homenageadas desenvolve ações no combate à violência doméstica

Presidida pela deputada Márcia Lia (PT), sessão solene realizada em 31/3 promoveu a entrega do Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres 2017. O prêmio foi criado em 2012, por iniciativa do ex-deputado Adriano Diogo, então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, para premiar pessoas e entidades que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento da violência de gênero.

[\(ALESP, 03/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Por indicação de Márcia Lia, foi premiada Sônia Coelho, coordenadora do movimento Marcha Mundial das Mulheres e da Sempre Viva Organização Feminista. “Essa luta é essencial para o empoderamento feminino e no enfrentamento à violência doméstica contra mulheres”, afirmou a deputada.

Também presente no evento, o deputado João Paulo Rillo (PT) indicou a jornalista Laura Capriglione, idealizadora da rede Jornalistas Livres. Para Rillo, realizando a “comunicação do oprimido”, os Jornalistas Livres não estão registrando a história: “Eles estão disputando a história, exercendo resistência ao golpe e lutando pela democracia e contra a opressão”.

Esta foi a segunda vez que Laura Capriglione foi agraciada com o prêmio Beth Lobo. Na primeira edição da solenidade, em 2013, Laura e outras quatro jornalistas foram homenageadas por suas reportagens sobre a violenta desocupação do bairro Pinheirinho, realizada pela Polícia Militar de São Paulo e a Guarda Civil Metropolitana de São José dos Campos.

A deputada Clélia Gomes (PHS) indicou para o prêmio a coordenadora de Políticas para a População Negra e Indígena do Estado de São Paulo, Roseli de Oliveira. A coordenadora disse ter feito questão de participar da

cerimônia paramentada como ialorixá para destacar o preconceito que as religiões de matriz africana ainda sofrem no Brasil, inclusive aquelas perpetradas por bancadas organizadas no Parlamento e por grupos religiosos neopentecostais.

A coronel PM Helena dos Santos Reis foi indicada pelo deputado Coronel Telhada (PSDB), representado no evento pela assessora Melina Lourenço. Secretária-chefe da Casa Militar e coordenadora estadual de Defesa Civil, a coronel é entusiasta dos programas de mediação comunitária, principalmente em relação aos casos de violência doméstica. Segundo ela esses programas têm a capacidade de mudar a postura de submissão das mulheres em relação a seus agressores. Ela informou que 52% das mulheres vítimas de violência não denunciam seus agressores, o que acaba impedindo a ação estatal.

Da Redação: Fabiano Ciambra

Operadoras do Direito, gestoras e ativistas destacam papel do Dossiê para enfrentar o feminicídio

Especialistas presentes no lançamento do [Dossiê Feminicídio](#) apontam a perspectiva de gênero, a produção de estatísticas que ajudem a dimensionar o fenômeno do feminicídio e o comprometimento dos comunicadores e profissionais que atuam nas redes de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher como elementos fundamentais para reduzir os índices de homicídios de mulheres no país.

(Géssica Brandino/Agência Patrícia Galvão, 14/11/2016) Lançada pelo Instituto Patrícia Galvão na última segunda-feira (7/11), em São Paulo, a

plataforma digital divulga análises, pesquisas e fontes com o intuito de contribuir para tirar o feminicídio da invisibilidade. Revitimizadas pela cobertura jornalística, as mulheres são apresentadas como merecedoras da violência que sofreram. Para mulheres negras, lésbicas, trans e travestis, essa é uma realidade ainda mais marcante e cruel. Reverter esse discurso é um dos objetivos do Dossiê.

Mas para profissionais do sistema de justiça e ativistas feministas o papel da ferramenta vai muito além. Com conteúdos apresentados em linguagem simples e direta, a plataforma permitirá aos profissionais do Direito, pesquisadores e estudantes conhecer os conceitos e as diretrizes que devem ser consideradas no acompanhamento policial e processual desses casos.

Confira a seguir alguns comentários de especialistas de diversas áreas presentes ao lançamento do [Dossiê Feminicídio](#):



Angélica de Maria Mello de Almeida - Desembargadora e coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

“Há uma premissa fundamental que é a complacência da sociedade e do Estado brasileiro com a violência de gênero. A primeira questão que quero levantar é a questão do feminicídio íntimo, que já estava no bojo da Lei Maria da Penha, mas não era tratado assim, nem pelo Judiciário e nem pela imprensa. Isso traz o questionamento de que não basta uma lei ou instituições se debruçarem para a aplicação. É preciso uma discussão mais ampla, com o envolvimento da sociedade. Mais do que isso, é importante que a reflexão se dê também pela mídia e que os profissionais da imprensa compreendam os papéis dos agentes do Direito nesse processo. Outro ponto que acho fundamental é que, muitas vezes, quando o feminicídio ocorre, não há preocupação em dar a conhecer à sociedade o resultado daquele julgamento. Essa é uma questão fundamental e que merece reflexão.”



Aparecida Gonçalves - Ex-secretária nacional de enfrentamento a violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

“Este Dossiê traz a visibilidade necessária para o que estamos tratando quando falamos sobre feminicídio, porque mesmo que tenhamos conseguido aprovar a Lei, ainda não conseguimos convencer a população, o sistema de justiça e os meios de comunicações mais tradicionais. Esse é um desafio permanente e o Dossiê traz isso com muita força. Mesmo tendo sido feito para profissionais da comunicação, o Dossiê pode ser acessado por toda a população, porque é uma ferramenta fácil, simples e que vai fazer diferença para quem atua com a questão.”

A grande mídia ainda atua de forma preconceituosa em relação às mulheres, divulgam os fatos de uma forma completamente equivocada, condenam as mulheres e, portanto, terminam muito mais atrapalhando do que ajudando. Outra coisa que atrapalha é dizer que mesmo com a Lei Maria da Penha as mulheres estão morrendo. Isso não acontece por causa da Lei, mas pelo ódio que os agressores sentem pelo fato de elas serem mulheres. O Dossiê é importante porque vai construir o contradiscurso do que é feito na comunicação de massa e vai ajudar a fazer uma disputa que, para nós do movimento de mulheres e que estamos nessa luta, é estratégica: a hegemonia do pensamento na sociedade.”



Beatriz Aciolly - Antropóloga e pesquisadora de cybervingança do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

“Como alguém que pensa gênero, sexualidade e educação, estou muito preocupada com a perseguição política e com o projeto de criminalização da discussão de gênero em âmbito escolar, que é o projeto Escola Sem Partido.”

Nesse sentido, o Dossiê é muito bem-vindo em sua inspiração pedagógica. Não vamos conseguir transformar a LGBTfobia, a transfobia e a lesbofobia sem enfrentar valores muito arraigados e uma moralidade tão arraigada como uma segunda natureza sobre o que é certo e errado. Para além dos profissionais, o Dossiê é uma ferramenta que pode ser levada para universidades e escolas.”



Betânia Assis – Secretária adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

“A partir da Lei do Feminicídio, é importante dar mais visibilidade às mulheres que são assassinadas e mostrar que esses não são apenas casos de homicídio. As mulheres são assassinadas não só pelos companheiros, mas também quando estão na rua. Se não houver visibilidade, essa morte vai ficar dentro de um quadro geral de homicídios, sem enfatizar a questão de gênero – e esse é o ponto importante. A cobertura da imprensa não pode revitimizar a mulher que já passa por essa situação de invisibilidade. Violência não tem justificativa.”



Flávia Piovesan – Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

“O Dossiê é extremamente relevante por três motivos: por dar visibilidade ao feminicídio. Tenho por mim que a luta por direitos humanos é incansável e cada ponto de chegada representa um novo ponto de partida.

Celebramos os dez anos da Lei Maria da Penha e um ano da Lei do Feminicídio, que fecha e abre um capítulo sobre a importância de dar visibilidade ao feminicídio e seu componente cultural e estruturante, com o

diagnóstico preciso. O que me chamou atenção no Dossiê são os dados desagregados na perspectiva regional e racial, que mostram o quanto o homicídio das mulheres negras aumentou, ao passo que o homicídio de mulheres brancas diminuiu. Esse é um ponto que merece especial atenção. Que este Dossiê seja um instrumento para avançarmos nesta luta pelo dever de prevenir, de investigar, punir e reparar. Temos o desafio de endossar a perspectiva de gênero, de criar respostas articuladas no campo dos sistemas de Justiça, Segurança, Saúde e Educação e de chegar aos entes federativos, cada um com menor ou maior sensibilidade. Esse trabalho pode qualificar e densificar a luta por direitos e por justiça, evitando as mortes de mulheres.”



Neon Cunha - Ativista, *designer* e mulher transgênero que conquistou na Justiça o direito de mudar o nome e o gênero em seus documentos oficiais sem ter que apresentar atestado médico.

“Precisamos dar visibilidade à questão de todas as mulheres. Quando abro meu processo pedindo a retificação de nome e gênero, faço um acordo com o Estado: ou ele me dá nome e gênero ou me dá morte assistida. Foi o único modo que encontrei para dizer ao Estado que ele nos mata deliberadamente. Eu assisto ao genocídio dessa população desde 1987 no estado de São Paulo e vai ser complicado incluir essas mortes como feminicídios se não tivermos visibilidade. O crime de homofobia tem muito mais a ver com o feminicídio do que com a homofobia em si. Reconheço o homem gay quando lhe atribuo o feminino e, se reconheço, melhor matar, porque mulher é o outro gênero, que não desejamos. Para esse segundo lugar o extermínio está posto. Se isso acontece com as mulheres, imagine para essa mulher travesti e trans que não vai ter nome, gênero e existência e vai circular por aí invisível. Digo que existe uma categoria de mulheres que não vai estar nem no solo, mas no subsolo, porque minhoca deve ter mais direitos que as mulheres trans.”



Lírio Cipriani - Diretor do Instituto Avon.

“Quando vejo este Dossiê fico orgulhoso por nós, do Instituto Avon, termos apoiado tantos projetos como esse. Sonho com o dia em que teremos uma sala com vários homens discutindo o Dossiê e questões como essa, pois muitos não reconhecem a violência. Quando perguntamos em pesquisa, uma minoria, apenas aqueles que chegaram ao extremo da violência física, reconhece que cometeu violência. Quando citamos as diversas formas de violência, isso cresce. Esperamos chegar ao ponto de ver homens discutindo sobre isso, pois são eles os agressores.”



Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) - Bacharel em Direito e coordenadora da União de Mulheres de São Paulo e do Programa de Promotoras Legais Populares.

“É um prazer muito grande ver esse trabalho e quero de pronto agradecer ao Instituto Patrícia Galvão por ter reunido neste Dossiê as diversas experiências que nós, feministas, construímos, explorando essa palavra e criando intervenções para qualificar nossa atuação no cotidiano. É um momento em que cresceu muito no país a violência misógina. A violência contra as mulheres está mais do que naturalizada e temos que, praticamente, começar tudo de novo. As políticas reduzidas na perspectiva de gênero, com a retirada do termo nos Planos de Educação, reduzem ainda mais nossa noção de democracia. Vamos enfrentar o feminicídio em um contexto político extremamente desfavorável. Construímos esse termo dentro de um processo democrático e temos que reconquistar a democracia para que o feminicídio possa ser enfrentado.”



Mariana Rodrigues - Integrante da Liga Brasileira de Lésbicas.

“Este é um marco para pensarmos em um dispositivo que possa colaborar no enfrentamento, e com um ponto que nos toca muito que é a questão da visibilidade. A #InvisibilidadeMata: para nós, mulheres lésbicas e bissexuais, esta sempre foi uma de nossas maiores pautas. Trazer as pesquisas e índices, para nós é essencial. Recentemente, a Rede Trans conseguiu fazer o mapeamento do assassinato de mulheres trans e travestis no Brasil, e temos o Grupo Gay da Bahia que faz o levantamento a partir da mídia - até agora essa é a única forma de termos o quantitativo de violência contra a população LGBT no Brasil. Já sabemos que este é o país que mais tem violência letal contra essa população, especialmente contra as LBTs. Uma pesquisa conjunta de duas organizações internacionais apontou que 46% da violência letal acontece no Brasil. Essa ferramenta vai ajudar a construirmos juntos os nossos dados, porque sem isso vamos permanecer morrendo e vítimas de estupros corretivos.”



Maria Gabriela Manssur - Promotora de Justiça, membro do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid) do Ministério Público do Estado de São Paulo e diretora do Departamento da Mulher da Associação Paulista do Ministério Público.

“Trabalho com o programa de ressocialização dos homens autores de violência e esse comportamento está muito longe de ser uma doença. É preciso uma desconstrução do machismo e dessa sociedade patriarcal que coloca a mulher sob dominação, poder e controle. Vejo muitos resultados positivos neste trabalho [do Dossiê]. Não adianta quebrarmos o ciclo de um lado se o outro continua cometendo a violência contra aquela ou outras mulheres. Dados estatísticos demonstram que 55% das mulheres retomam

seus relacionamentos com aqueles agressores. Se não falarmos com esses homens de forma institucionalizada, talvez não consigamos romper esse ciclo de violência. Nos casos de violência contra a mulher, a punição isolada não basta. Temos que ter esse olhar da proteção e da autonomia da mulher, com um trabalho de desconstrução do machismo a que a mulher está submetida em todos os casos de violência.”



Regina Soares Jurkewicz - Coordenadora da organização Católicas pelo Direito de Decidir.

“O [portal do Instituto Patrícia Galvão](#) já tem sido muito útil, e com o Dossiê ganhamos muito mais. Quero lembrar a questão da violência eclesial e simbólica contra as mulheres, desde a hora em que um padre ou pastor diz para a mulher que vá rezar e que tenha tolerância com o companheiro, até aquela violência que é praticada por padres, pastores e representantes de outras denominações contra as mulheres. Por trás de tudo isso há uma visão negativa da sexualidade, que reprime e faz com que esses quadros da Igreja sejam levados ao celibato não opcional, na maioria das vezes, o que favorece a violência. Também é preciso dizer que neste momento antidemocrático está presente no Congresso o fundamentalismo religioso, o que ficou claro na votação do impeachment.”



Rosmary Corrêa (Delegada Rose) - Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

“Se o acolhimento na delegacia, qualquer delegacia, não for real, essa mulher não vai ter acesso à rede, porque a porta de entrada falhou. Quem tem que conhecer tudo o que está no Dossiê são as nossas autoridades, a começar pelo governador do Estado, pois a maioria não valoriza, não liga e

nem se preocupa com a violência contra as mulheres. Para eles o que preocupa são os roubos, latrocínios e homicídios em geral, sem perceber os feminicídios. Quem pode determinar uma mudança precisa conhecer este Dossiê.”



Silvia Chakian de Toledo Santos - Promotora de Justiça, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid) do Ministério Público do Estado de São Paulo e integrante da Comissão Permanente de Violência Doméstica (Copevid) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

(CNPJ).

“O Dossiê Feminicídio vem trazer muito material, desconstruir conceitos e contribuir para o conhecimento de todos os profissionais - não só da imprensa, mas também que integram o sistema de justiça - no sentido de avançar para lidar da forma correta com esse tipo de violência. Precisamos fazer alguma coisa para diminuir esses índices ou corremos o risco de ocupar o primeiro lugar no ranking de assassinatos de mulheres. É uma estatística vergonhosa para o país que tem uma das leis de gênero mais avançadas do mundo. É um paradoxo muito grande comemorarmos os avanços da Lei Maria da Penha e termos na violência de gênero mais extremada uma apuração muitas vezes sem a perspectiva de gênero, nem sempre adequada, a falta de conhecimento das [Diretrizes sobre Feminicídio](#).”

Na grande maioria das vezes esses crimes acontecem em um contexto de relação de poder, de necessidade de perpetuação do domínio e de não respeito ao ‘não’ da mulher, a um relacionamento ou a um novo relacionamento. É preciso demonstrar e fazer com que a sociedade e os profissionais da mídia se apropriem desses conceitos, porque ao passar as informações de uma forma tão estereotipada e equivocada, muitas vezes até culpabilizando a mulher, isso só reforça a violência.”



Sônia Coelho - Assistente social e integrante da Sempreviva Organização Feminista (SOF).

“O Dossiê deve servir muito para os operadores do Direito, que pouco se aproveitam do acúmulo do movimento feminista, para que possam fazer o seu trabalho como deveriam. Este Dossiê chega em um momento importante e grave na nossa democracia, um momento de ruptura e em que estão sendo desmontados serviços, em que foram extintos os ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial, e isso terá um impacto muito grande nas políticas de prevenção que queremos. Temo que neste momento tenhamos muitos retrocessos nessa área, pois sabemos que não basta discutir se não há um serviço para essa mulher ser acolhida e ouvida.”



Sonia Maria Pereira Nascimento - Fundadora do Geledés e coordenadora do Programa de Promotoras Legais Populares.

“Se a tolerância com a morte das mulheres existe, com as mulheres negras é ainda mais terrível. Isso é racismo. Sabemos que muitas vezes a mulher negra não denuncia seu marido negro pelo medo da violência que os dois vão viver na delegacia e vimos isso nos grupos de Promotoras Legais Populares, em São Mateus e na Cidade Tiradentes. Muitas se entregam por questão de autoestima e para ficar com eles aceitam ações violentas. É o racismo que promove esse tipo de coisa.”



Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos - Juíza de Direito titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santo André, São Paulo.

“Quando o feminicídio acontece, todos nós falhamos. Esse é um problema grave e precisamos questionar o que estamos fazendo. A questão da articulação é extremamente importante. Todos do sistema de justiça precisam trabalhar juntos na investigação, que não deixa de ser uma forma de prevenção. O Direito Penal faz uma intervenção importante ao colocar a violência de gênero, porque não temos noção de que essa violência é ilícita. Ainda olhamos para ela de forma não gravosa e o Direito é importante para promover uma mudança de mentalidade. Não dá para lidar com isso sem uma boa investigação. Esse ponto é extremamente sensível por diversas questões, uma delas é que ainda nos pautamos muito na vítima, como forma de conduzir a investigação, quando ela é a parte mais vulnerável e muitas vezes não consegue trazer elementos. Precisamos tirar esse peso da mulher e colocar em outros pontos da investigação, e esse é um papel das Diretrizes. Precisamos lidar com as peculiaridades dos tribunais do júri, precisamos lidar com a questão dos jurados e da sociedade, em que por vezes fica claro o machismo.”



Valéria Diez Scarance Fernandes - Coordenadora-Geral da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), é promotora de Justiça e integrante do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

“Não há olhar de gênero na investigação e por parte das autoridades. A referência à defesa da honra está presente desde o registro do boletim de ocorrência até o plenário do júri, em uma nova roupagem e forma de argumentação. Está implícita na decisão dos magistrados, nos argumentos

dos defensores e nas referências das testemunhas. Lamentavelmente, há defensores públicos que pesquisam no Facebook os relacionamentos das mulheres, mortas ou sobreviventes, para dizer se aquela moça merecia ou não morrer, como se houvesse essa categoria de mulheres. Outra dificuldade é que ainda se nega proteção às mulheres porque não há testemunhas - e como pode haver se a violência acontece dentro de casa? São dezenas e dezenas de decisões negando proteção por isso ou porque a mulher não tem medo. Sabemos que as mulheres que morrem no mundo são aquelas que tiveram proteção negada pelo Estado.”



Wânia Pasinato - Socióloga e coordenadora de Acesso à Justiça da ONU Mulheres Brasil.

“O documento das [Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres](#) tem que ser vivo, tem que ser apropriado, utilizado e transformado, e o Dossiê também proporciona isso ao permitir que se ajude a construir o conceito do feminicídio, transformar a visão sobre essas mortes e ver que, para além da violência doméstica e familiar, as mulheres também estão morrendo em outros espaços e contextos e aí temos toda uma ideia de menosprezo e discriminação para ser construída, porque ela ainda não é conhecida. Não se reconhecem o menosprezo e a discriminação de gênero como causa da morte dessas mulheres nos diferentes contextos em que elas ocorrem no país, e temos mulheres negras morrendo mais do que brancas, jovens morrendo mais do que mulheres em fase adulta. São características importantes que a sociedade, a mídia, o sistema de justiça e, principalmente, o Estado, ainda ignoram.”

Por Géssica Brandino, com fotos de Luciana Araújo.

Movimento de mulheres diz não ao PL que altera Lei Maria da Penha

(Agência Patrícia Galvão, 20/06/2016) A principal crítica do movimento de mulheres em relação ao [PLC 07/2016](#), Projeto de Lei da Câmara que agora tramita no Senado, diz respeito ao artigo 12-B, que confere à autoridade policial o poder jurisdicional de deferir ou negar medidas protetivas de urgência às mulheres em situação de violência, hoje competência exclusiva do Judiciário. Este ponto específico tem sido alvo de críticas das [associações do sistema de justiça, por meio de notas técnicas](#).

A ausência de diálogo com os movimentos de mulheres e a alteração de competências que podem comprometer a legitimidade da Lei Maria da Penha são críticas unânimes feitas por representantes de redes e articulações feministas ouvidas pela Agência Patrícia Galvão em relação ao PLC 07/2016, que será objeto de [audiência pública no Senado na terça-feira \(21/6\)](#).

O Projeto de Lei tramitou originalmente na Câmara dos Deputados ([PL 36/2015](#)) com a proposta inicial de aprimorar o atendimento policial às mulheres em situação de violência, estabelecendo, por exemplo, que os serviços funcionem 24h, que o atendimento seja feito preferencialmente por profissionais do sexo feminino e que a mulher não seja revitimizada no atendimento. Entretanto, na fase final de tramitação na Casa, o PL foi alterado pela Comissão de Constituição e Justiça, que acrescentou ao texto o artigo 12-B.

Ausência de debate é fortemente criticada

Construída a partir de amplo diálogo entre o movimento de mulheres, feministas, juristas e defensores dos direitos humanos, a [Lei nº 11.340](#) de 7 de agosto 2006 é uma das legislações mais conhecidas no Brasil e é

reconhecida internacionalmente como uma das mais completas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

“A Lei Maria da Penha tirou a violência contra a mulher de um colo pouco receptivo, que eram as delegacias em geral e as delegacias das mulheres, e colocou no do Judiciário, que passou a se debruçar sobre essa temática.” Leila Linhares (Cepia-RJ)

“Essa Lei encontrou uma receptividade muito grande na sociedade. Claro que não é a lei que vai acabar com a criminalidade, mas ela forçou o Estado a olhar para essa violência e criar os juizados especializados”, afirma a advogada Leila Linhares, que atuou no consórcio de ONGs que elaborou o pré-projeto da Lei Maria da Penha, trabalhando na construção da proposta com outras ONGs, desde 2002, até a aprovação do texto, em 2006. O consórcio também emitiu [nota pública manifestando-se contrário ao artigo 12-B do PLC 07/2016](#).

A especialista vê com preocupação a rápida tramitação do Projeto de Lei de nº 7. “Esse projeto tramitou por um lobby dos delegados de polícia, apoiado por aquela que chamamos de ‘bancada da bala’, de forma silenciosa, em meio às confusões pelas quais que o Brasil passa, sem nenhuma discussão com o movimento de mulheres, em uma posição corporativista.”

“É preocupante que o PLC 07/2016, uma proposta corporativa, tenha encaminhamento tão rápido no Congresso Nacional. Por que outras modificações da Lei Maria da Penha, consensuadas a partir do [relatório da CPMI de 2013](#), seguem aguardando?” Carla Batista (Cladem/Brasil)

Para Carla Gisele Batista, integrante do Cladem/Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), organização que também integrou o consórcio, estamos assistindo hoje ao desmonte de todo o processo de diálogo que culminou na Lei Maria da Penha. “Qualquer modificação da Lei não deveria ser feita sem um amplo debate envolvendo os diversos setores que lutaram para que a Lei Maria da Penha existisse. Parece que o PL faz parte de um propósito de tratar todos os problemas sociais como questão de polícia”, afirma a representante do Cladem.

“Não se pode admitir a aprovação de um PL sem que se passe por uma discussão mais ampla, que envolva o movimento de mulheres como um todo. A Lei Maria da Penha é uma conquista social e política.”

Sônia Coelho (Marcha Mundial de Mulheres)

Sônia Coelho destaca que o movimento é contra qualquer posicionamento que venha a prejudicar a implementação da lei de violência doméstica. “Somos contrárias a qualquer alteração na Lei Maria da Penha ou em qualquer política para as mulheres que não tenha a participação popular e do movimento de mulheres. Essa é uma das leis oriundas do processo de discussão com o movimento feminista, elaborada por ele e acatada pelo governo, a partir de toda uma discussão com o movimento de mulheres. Com isso, a Lei Maria da Penha ganhou uma legitimidade muito grande, não só junto à população, mas também à Justiça. É [uma das leis mais conhecidas pela população.](#)”

A representante da Marcha Mundial de Mulheres também critica a tentativa de concentrar na segurança pública a decisão de deferir ou negar as medidas protetivas de urgência. Para Sônia, não há sentido em dar mais uma responsabilidade para a autoridade policial. “Não concordamos que as coisas estejam cada vez mais concentradas nas mãos da polícia. Precisamos pensar na proteção e no apoio por outros setores da sociedade, porque, afinal de contas, a polícia é quem menos tem protegido a população e as mulheres na nossa sociedade. É algo que não tem o menor sentido na realidade que vivemos hoje. Isso não contribuiria com a Lei Maria da Penha. Pelo contrário, seria um prejuízo muito grande.”

“Uma norma que dá poder jurisdicional ao delegado de polícia sem nenhum mecanismo de controle e limitação temporal é uma norma inconstitucional, porque só quem pode fazer a restrição de direitos fundamentais sensíveis é o juiz.” *Thiago Pierobom (promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal)*

Pierobom, que é secretário da Copevid (Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais), avalia que é importante para a legitimidade da Lei Maria da Penha que o poder de expedir as medidas protetivas fique com o

Judiciário. “O nosso grande receio é que, como o artigo proposto pelo Projeto de Lei é inconstitucional, pois viola o direito de jurisdição, há um seríssimo risco que, caso aprovado, o Supremo Tribunal Federal venha futuramente a declarar a inconstitucionalidade, o que enfraqueceria a Lei Maria da Penha.”

“Temos que refletir sobre qual é o nível de compreensão da violência de gênero por parte de delegados e delegadas, em um país em que a maioria das delegadas de DEAMs sequer recebeu as capacitações necessárias sobre violência de gênero.” Conceição Amorim (AMB)

Avaliando a situação das delegacias como órgãos desestruturados que enfrentam dificuldades para cumprir o papel de investigar e que não conseguem concluir os inquéritos de violência contra as mulheres, Conceição Amorim, da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), pergunta: “Diante da sobrecarga, qual é o interesse efetivo de os delegados deferirem ou não as medidas protetivas?”. Conceição destaca ainda com preocupação o despreparo dos profissionais que atuam nas delegacias.

“Fazer a medida protetiva na delegacia não vai resolver o problema da demora. As mulheres precisam é que o Judiciário funcione corretamente. Precisamos que as Delegacias da Mulher se unam ao movimento de mulheres para pressionar pela agilidade da Justiça.” Ana Carolina Barbosa (UBM)

Conceição Amorim também destaca que a “polícia age muitas vezes como violadora dos direitos humanos no país inteiro. Sabemos que ainda há muito machismo e muitas violações nas delegacias, a exemplo do delegado no caso do Rio de Janeiro, que revitimizou uma vítima de estupro e que não é uma exceção - infelizmente sabemos que muitas vezes os delegados pensam que a mulher é culpada pela violência que sofreu”.

“Na Bahia há 417 municípios e apenas 15 DEAMs e isso significa que as mulheres vão continuar morrendo, pois, se não há estrutura nem para investigar e nem competência técnica para prender os criminosos, imagine atribuir à delegacia mais uma responsabilidade. Aquilo que a DEAM tem que fazer, que é registrar queixa e prender os criminosos, ela faz mal e porcamente.” Valdecir Nascimento (AMNB)

Valdecir Nascimento, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), afirma que o fato de o presidente interino Temer, diante do caso de estupro no Rio de Janeiro, anunciar a criação de um núcleo de violência contra a mulher significa “negar quase 15 anos de construção de estratégias em relação às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Para a AMNB, é preciso denunciar o esvaziamento de recursos e avançar para que novas estratégias de enfrentamento à violência possam surgir. Temos que investir na consolidação do [Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher](#) e deixar cada um com suas atribuições.”

Mulheres e negros ainda não se veem no debate eleitoral

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 29/09/2014) Na semana do primeiro turno das eleições, a Agência Patrícia Galvão publica a terceira matéria sobre a ausência de discussão acerca das demandas das mulheres e negros nos programas e debates das candidaturas à Presidência. Embora representem 52% do eleitorado, ao longo do processo eleitoral têm sido raros os momentos em que esses dois segmentos majoritários da população brasileira têm suas necessidades abordadas nos debates entre as candidaturas. Os veículos de mídia também, de maneira geral, mal tocam no assunto e quando o fazem isso ocorre de modo fragmentado e descontextualizado.

Leia também:

[*Demandas das mulheres estão ausentes dos debates políticos*](#)

[*Debate sobre creche como demanda e direito das mulheres ainda é esquecido na pauta eleitoral*](#)

As mulheres ainda são o segmento populacional com maior índice de indefinição do voto, mantendo um comportamento que a especialista em

pesquisas de opinião Fátima Pacheco Jordão analisa como resultado do alheamento das campanhas e da cobertura midiática em relação aos temas que mais interessam a elas. As pesquisas eleitorais realizadas neste ano também apontam um distanciamento maior da população negra em relação ao pleito, que é analisado por Fátima e outros especialistas como resultado do mesmo processo de invisibilização das demandas desse grupo, que pela primeira vez é maioria do eleitorado brasileiro.

Conservadorismo também é obstáculo

Integrante da coordenação nacional da Marcha Mundial de Mulheres, Sônia Coelho aponta a ausência de debate programático e o conservadorismo como principais explicações para a ausência dos temas de interesse das mulheres no debate eleitoral. “E quando chega às questões das mulheres é um problema ainda maior, porque quando se discute é pelo aspecto moral. Por exemplo, no ano passado discutiu-se muito aquele projeto de atendimento às vítimas de violência sexual que a presidenta Dilma sancionou, em todos os meios de comunicação e no Congresso. E hoje já há deputados tentando revogar aquela lei. Esse tipo de coisa deveria vir para a pauta de discussão. A violência sexual está crescendo no Brasil – podemos ver pelos dados do Ipea divulgados no ano passado. Então esse é um grave problema na sociedade, que deveria estar em discussão na eleição”, ressalta.

Principal demanda é por mais e melhores serviços

Pesquisa realizada em 2013 pelo Data Popular, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e o Data Favela, em duas mil comunidades de todo o país, apontou que 55% dos entrevistados afirmaram não ter acesso a hospital público na comunidade, 50% relataram ausência de posto policial na favela e 32% mencionaram a falta de creches públicas. O diretor do Data Popular, Renato Meirelles, destaca ainda que 25% das moradoras em comunidades são mães solteiras e 40% das famílias são chefiadas por mulheres, o que torna mais evidente a demanda por tais serviços, que têm relação direta com um patamar de cidadania efetiva, autonomia econômica e proteção contra a violência urbana.

No quesito segurança, a realidade das favelas se estende às regiões

populares das grandes cidades brasileiras, conforme mostram dados levantados pela Campanha “Cidade Segura para as Mulheres”, da ActionAid. O estudo realizado em quatro Estados mostra que 73,9% das entrevistadas já tiveram que mudar de trajeto por falta de iluminação em vias públicas, 70,6% evitam sair de casa em determinado horário por medo de sofrerem algum tipo de violência e 54% das mulheres relataram já ter sofrido algum tipo de assédio por parte de policiais.

Transporte público é o serviço mais mal avaliado em todas as regiões nesta pesquisa, sendo ressaltados pelas mulheres os casos de assédio dentro dos coletivos.

“É isso que não se debate. Só se discute como se ter mais polícia na rua resolvesse o problema. A forma como se fazem os debates eleitorais é muito fragmentada, simplificada, com soluções “mágicas” que são absolutamente falsas para os problemas que a gente tem na sociedade. Não se discute com profundidade os problemas, e os das mulheres menos ainda. As mulheres, apesar de serem hoje 43% da força de trabalho, assumem também o trabalho doméstico. E como a sociedade discute essa sobrecarga sobre elas? Como o país vai enfrentar isso? São necessárias políticas como as de socialização do trabalho doméstico, mas isso não aparece”, critica Sônia.

Autonomia e direitos sexuais e reprodutivos

Se o debate de políticas públicas já consolidadas como direitos é parco na cena eleitoral, quando se trata de saúde sexual e reprodutiva a invisibilidade dos direitos das mulheres é potencializada. “Vimos como logo no início da campanha o debate sobre o aborto foi interdito pela postura da mídia de colocar a discussão no plano do ‘fulano é a favor, beltrano é contra’. Não nos interessa a opinião pessoal dos candidatos e candidatas, mas quais são as políticas que pretendem implementar para dar conta de um problema muito grave que temos no país, que é o aborto clandestino, que afeta principalmente as mulheres pobres e negras. O tema da mortalidade materna, em relação ao qual o Brasil ainda não conseguiu atingir a meta do milênio, tem como parte das estatísticas os abortos clandestinos. É um debate que precisa ser enfrentado e que outros países, como o Uruguai, estão enfrentando. Mas no Brasil é proibido falar. Trabalha-se com a

chantagem dos conservadores evangélicos, católicos e da própria mídia, que faz um debate totalmente equivocado”, diz a coordenadora da Marcha.

Ao longo do último ano, apenas após as mortes de duas mulheres relacionadas a procedimentos clandestinos de interrupção de gravidez, alguns veículos vêm dedicando espaço ao debate sobre o aborto como questão de saúde pública e autonomia feminina.

“Sempre falamos que é importante discutir o crescimento econômico e qualquer governo tem que ter essa preocupação, mas o crescimento por si só não garante igualdade. Então temos que discutir planos que gerem crescimento e também igualdade, mas isso não está colocado. Discute-se o problema das grandes minorias ricas (latifundiários, empresários, usineiros, indústria automobilística), mas os problemas de cento e tantos milhões de mulheres não aparecem”, aponta Sônia.

A invisibilidade da maioria negra

Especificamente em relação à população negra, que deve somar 55% do eleitorado neste ano, o desinteresse pelas eleições vem caindo, mas ainda está em 47% de acordo com o último levantamento feito pelo Ibope. Para a jornalista e coordenadora do Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento, Angélica Basthi, há fatores variados para essa realidade, entre eles os sucessivos escândalos de corrupção e a percepção de impunidade que repercute na população. “Mas creio que o distanciamento dos problemas que afetam a população negra é a principal justificativa. Os homens e mulheres negros não se veem representados. Depois do resultado da pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, despertou um certo interesse de alguns presidentiáveis em apresentar propostas para a população negra. Mas, na minha opinião, faz parte de um jogo que não nos interessa”, afirma.

O papel social da mídia

Debater a relação entre políticas públicas e direitos das mulheres e da população negra é tarefa também da mídia – especialmente as emissoras de rádio e TV, que são concessões públicas. Para Angélica, que também é mestra em Comunicação e Cultura pela UFRJ, “o papel da mídia é estratégico no sentido de contribuir para a consciência crítica e formação do cidadão

brasileiro. As TVs e rádios, como concessões públicas, têm o dever de oferecer visibilidade aos temas e problemas que afetam as populações respeitando a sua diversidade, e isso inclui as mulheres e a população negra, e em especial, as mulheres negras”. E a jornalista alerta: “O poder que a mídia exerce como espaço de intervenção pública já faz dela um instrumento crucial para o fortalecimento da democracia. E só existirá democracia plena com o incentivo à pluralidade de vozes, equilíbrio de fontes com recorte de gênero e raça e distanciamento do jornalismo de baixo escalão, ou seja, a proximidade com o jornalismo mais investigativo na produção de conteúdos midiáticos”.

No entanto, verifica-se um distanciamento grande entre a demanda existente e a cobertura eleitoral. “A cobertura jornalística tem sido pautada pelos lugares comuns do ponto de vista temático, com pouca criatividade e ousadia. A linguagem, em alguns momentos, tem sido a do confronto, mas até agora não se conseguiu escapar do velho jogo político e, portanto, dos interesses ocultos. Outro ponto que contribui negativamente é a exploração de grandes temas pautados por escândalos que mobilizam jornalistas e audiências. Esse jogo de interesses não deixa espaço para debates refinados nem para pautas mais plurais. Falta ousadia e proximidade com os temas que de fato contribuem para a consolidação da democracia brasileira”, avalia a especialista.

‘Vagão rosa’ em trens e metrô divide feministas

(Folha de S.Paulo, 12/07/2014) Grupos feministas de São Paulo estão divididos sobre o “vagão rosa”, que é exclusivo para mulheres no metrô e nos trens da CPTM.

Criada pelo deputado Jorge Caruso (PMDB), a medida foi aprovada na

Assembleia no dia 4 para proteger as mulheres de abusos sexuais no transporte superlotado.

Leia mais:

[Nota da MMM contra o vagão rosa: pelo direito ao espaço público e a uma vida livre de violência](#)

[Usuários apoiam vagão exclusivo para mulheres em trem e metrô \(R7, 14/07/2014\)](#)

[“Retrocesso disfarçado”, diz criadora do projeto Eu Não Mereço Ser Estuprada sobre vagão feminino no metrô \(Revista Donna, 11/07/2014\)](#)

[Cinco alternativas ao vagão para mulheres \(Outras Palavras, 10/07/2014\)](#)

[Segregação em trens e metrô ‘culpabiliza’ mulher por assédio \(Rede Brasil Atual, 09/09/2014\)](#)

[Assédio sexual no transporte público poderá ser punido com prisão \(Agência Câmara, 07/07/2014\)](#)

O governo afirma estar estudando o projeto, que deve ser vetado ou aprovado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) nos próximos dias.

A estudante Giulia Ribeiro, 18, do grupo Tática Feminista, se diz totalmente contra o vagão, pois ele “aumenta a segregação entre os gêneros”.

“E os estupradores podem fazer suas viagens livremente sem serem culpabilizados”, completa.

Militante da Marcha Mundial das Mulheres, Sonia Coelho, 55, também reprova.

“Ele reforça o imaginário de que a mulher é culpada pela violência que sofre. Quem for agredida em outro vagão, que não o exclusivo, pode ser questionada sobre o motivo de não estar na parte das mulheres.”

A estudante de letras Isadora Szklo, 21, e militante do grupo “RUA - Juventude Anticapitalista”, também se posicionou contra o vagão feminino.

“Existem formas simples e imediatas de diminuir os casos de agressão de forma educativa, como capacitar agentes e seguranças do metrô sobre as causas de assédio e criação de um órgão presente em todas as estações para denúncia”, diz ela.

Já a estudante da USP Letícia Pinho, 26, do Mulheres em Luta, diz que o vagão não resolve o problema do assédio, mas seria uma medida protetiva importante -o coletivo já distribuiu, em estações da Grande São Paulo, alfinetes para mulheres se defenderem dos “encoxadores”.

“A superlotação deixa a mulher mais vulnerável. Já que o transporte de qualidade está demorando, a gente precisa do mínimo de segurança urgentemente”, diz.

O Juntas, grupo feminista ligado ao PSOL, se posicionou a favor da medida.

“Sou a favor porque tenho a impressão de que a população é favorável. Acho que falta ao movimento feminista ouvir mais as mulheres que enfrentam o transporte lotado todos os dias”, argumenta Giulia Tadini, 24, militante do movimento.

Pesquisa do Datafolha feita em abril apontou que 73% dos paulistanos se revelaram favoráveis ao “vagão rosa”.

A vendedora Carolina do Nascimento, 19, aprova. “Seria ótimo. Já briguei com um rapaz que me apertou”, diz ela, que usa trem e metrô nos horários de pico.

Um protesto contra o “vagão rosa” está programado para o próximo dia 18, na praça da Sé. Cerca de mil pessoas já confirmaram presença na rede social Facebook.



Vagão exclusivo para mulheres funciona desde 2006 no Rio de Janeiro; proposta é para coibir assédio sexual nos horários de pico Alexandre Campbell - 24.abr.2006/Folhapress

RIO

O vagão para mulheres existe no Distrito Federal desde 2013 e no Rio, desde 2006.

No Rio, uma lei estadual obriga as concessionárias a destinarem vagões femininos nos horários de pico. A lei não determina, porém, punição em caso de descumprimento.

Segundo a concessionária MetrôRio, o passageiro identificado é convidado pelos seguranças a se retirar.

Tanto a MetrôRio quanto a SuperVia, que administra os trens urbanos do Rio, investem em campanhas de conscientização.

Os esforços, contudo, não impedem que homens descumpram a medida. De acordo com relatório da Agetransp, a agência reguladora dos transportes do

Estado, em cerca de 200 vistorias feitas em janeiro nos vagões femininos no metrô, foi registrada a presença masculina em 3,05% das vezes.

Já nos trens da SuperVia, a situação é pior. Dos 1.612 vagões inspecionados em janeiro, havia homens em pelo menos 50% dos casos. O ramal de Japeri, cidade da Baixada Fluminense, registrou o maior percentual: em quase 80% das inspeções havia homens nos vagões exclusivos.

*

Dúvidas sobre o “vagão rosa”

Entenda o projeto de lei aprovado na semana passada.

O que é?

A proposta prevê a criação de um vagão só para mulheres em cada trem do Metrô e da CPTM, com o objetivo de evitar casos de abuso sexual.

Quem é a favor?

Grupos como o Movimento Mulheres em Luta (ligado à CSP-Conlutas) e o Juntas (ligado ao PSOL) defendem que o vagão diminui assédios e agressões.

Quem é contra?

Grupos autônomos como a Marcha Mundial das Mulheres e o Tática Feminista defendem que o vagão aumenta a segregação e culpabiliza as mulheres pelos ataques.

Acesse o PDF: [‘Vagão rosa’ em trens e metrô divide feministas](#)

Dilma mantém política para mulheres de Lula, mas ainda busca assinatura na área

(iG, 19/05/2014) Primeira mulher presidente ainda não tem legado próprio, ao contrário de seu antecessor, que revolucionou a área, com a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Lei Maria da Penha

Apesar de não surpreender no campo das políticas públicas para as mulheres, o governo de Dilma Rousseff deu continuidade e ampliou os programas da gestão Lula, mas ainda falta definir qual será o seu legado na área. A eleição da primeira mulher à Presidência do Brasil gerou a expectativa de que a pauta feminina seria ampliada “como nunca antes visto na história desse País”, mas a atuação de Dilma foi ofuscada pelo seu antecessor e padrinho.

No seu primeiro governo, Lula levou a questão feminina para o primeiro escalão, criando a Secretaria de Política para Mulheres (SPM), com status de ministério e orçamento próprio, e com a missão de trabalhar junto às outras pastas para por na prática às ações em prol das mulheres. Além da Secretaria, o ex-presidente é elogiado pela Lei Maria da Penha e a inclusão das donas de casa na Previdência. Dilma têm marcas significativas, como o Brasil Carinhoso e a PEC das Domésticas. O Minha Casa Minha Vida e a ampliação do programa Bolsa Família, os dois com a mulher como beneficiária, também são avanços, mas não tão revolucionários como o programa de combate a violência de Lula, também ampliado pela presidente.

Na avaliação de movimentos feministas, a secretaria ainda precisa encontrar formas para tornar realidade suas orientações às outras pastas. Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, diz que o status de ministério da SPM contribui para uma melhor eficiência na implementação das ações, pois influenciou na criação de órgãos semelhantes nos Estados e municípios, embora isso não seja suficiente. “Evidentemente, os órgãos precisam de mais verba, capacidade para execução das políticas públicas e

trânsito entre os diferentes órgãos governamentais”, diz. “Mas quando olhamos o que foi definido há quase 20 anos, em Pequim, o Brasil se destaca no cenário internacional.”

Priscilla Caroline Brito, cientista política e assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), aponta que muitas das políticas não são implementadas em todo o território nacional por problemas de execução. “A SPM, por exemplo, tem dificuldade de repassar o recurso das ações de enfrentamento à violência para os Estados e estes, por sua vez, tem problemas em prestar contas e executar a política”, diz.

Além da dificuldade em efetivar suas ações e de materializar os repasses propostos, dados da ONG Contas Abertas mostram que, em 2013, apenas 39,1% do orçamento da SPM foram desembolsados durante o ano, o equivalente a R\$ 81,5 milhões. O ano foi de contingenciamento no governo, e a Secretaria argumentou que “os empenhos ocorrem ao longo do ano, mas concentram-se no final de cada exercício, o que implica que os pagamentos das primeiras parcelas ocorram no início do ano subsequente”, ou seja, agora em 2014. Entretanto, a ONG diz que considerou os empenhos de 2012, pagos em 2013. Para este ano, o orçamento autorizado para a SPM é de R\$ 217,2 milhões, e as contas continuam em contingenciamento.

Plano Nacional de Políticas para Mulheres

Os objetivos práticos da secretaria estão reunidos no Programa Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), editado desde o primeiro governo Lula. O CFMEA também faz críticas ao direcionamento do plano. “Muitas das políticas para as mulheres no governo Dilma não promovem a autonomia das mulheres numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero. No caso da Rede Cegonha, por exemplo, o objetivo principal era diminuir a mortalidade materna. No entanto, a política se limita ao atendimento neonatal. Não enfrenta o maior problema da questão da mortalidade materna, que é o abortamento inseguro”, afirma Priscilla.

A entidade já havia apontado o problema em 2010, no artigo “Avanços e recuos nas políticas de promoção da igualdade e direitos para as mulheres”, uma análise dos oito anos do governo Lula, escrito pela socióloga Guacira de

Oliveira. Nele, há críticas quanto a falta de vontade política de outros órgãos, que não dão atenção às orientações da SPM, e quanto ao abandono da luta pela descriminalização do aborto por causa da aproximação do governo do PT com “segmentos conservadores, fundamentalistas, religiosos, notadamente das igrejas católica e evangélica, tanto no que se refere a negação de direitos, quanto no que tange ao financiamento público”.

A aproximação conservadora barrou outros avanços na política de direitos reprodutivos, como a inviabilização da meta de “garantir a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis para 100% da população feminina usuária do SUS”, por exemplo.

Avanços

Em 2013, Dilma surpreendeu em seu pronunciamento do Dia da Mulher ao fazer um alerta aos homens que “ainda insistem em agredir suas mulheres”: “se vocês agem assim por falta de respeito ou por falta de temor, não esqueçam jamais que a maior autoridade deste País é uma mulher”. A fala foi uma mensagem direta de que o combate à violência continua prioridade e, para incrementar o programa, ela anunciou a criação de um centro especializado em atendimento à mulher por Estado, as casas da mulher brasileira, do programa Mulher Viver Sem Violência, com custo de R\$ 305 milhões. Até agora, o programa realizou entregas parciais, mas ainda não concluiu nenhum dos novos centros que oferecerão uma estrutura para receber as mulheres vítimas de violência desde o primeiro atendimento até a capacitação profissional, integrada ao Sistema S.

O combate à violência contra a mulher é um legado do governo Lula, que superou as metas da área, com a Lei Maria da Penha e o treinamento de mais de 573 profissionais para atender as vítimas. A ONU Mulheres destaca a lei como uma das três melhores do mundo, e um modelo para outros países. De 2008 a 2010, o número de juizados especializados e varas de violência doméstica cresceu 94%, e os centros de referência, 34%. Dilma mantém prioridade para área, e os destaque foram no crescimento no número de núcleos de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e no número de núcleos do Ministério Público especializados no atendimento a mulher, que cresceram mais de 200% de 2010 a 2013. O número de defensorias especializadas,

entretanto, caiu de 58 a 45 unidades em todo Brasil, uma diminuição de cerca de 20%. O alcance do disque 180, telefone de atendimento à vítima, cresceu e o número virou disque-denúncia, como meta proposta pelo PNPM.

Mas, apesar dos avanços significativos na área, o governo ainda não sabe quem é a vítima. Faltam dados unificados e balizadores para entender qual é o perfil socioeconômico da mulher agredida e quem é o agressor, já que cada Estado coleta as informações das vítimas de maneira diferente.

No âmbito da autonomia da mulher, o governo Lula não conseguiu cumprir a meta de elevar taxa de atividade das mulheres em 5,2% na População Economicamente Ativa (PEA), entre 2003 e 2007. A meta cresceu cerca de 3% no período. Dilma também enfrenta dificuldades para cumprir suas metas da área. A promessa da construção de 6 mil creches, meta apontada como essencial pelos movimentos feministas, está bem aquém do ideal, a menos de um ano do fim do mandato. Segundo levantamento do iG, apenas 7% (um total de 417) estão prontas, 2.251 unidades em construção e, desse total, 1.232 foram autorizadas no governo Lula.

A assistente social Sônia Coelho, representante da Sempre Viva Organização Feminista e coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, destaca a inclusão recente das mulheres moradoras de áreas rurais nas políticas sociais. “As mulheres do campo viraram sujeito das políticas públicas, coisa que antes não acontecia”, analisa. No PNPM, os direitos à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta é um capítulo específico, e conta com metas como aumento de linhas de crédito e de acesso a políticas específicas às mulheres rurais.

Pouca Representação

Ao chegar ao Planalto em 2011, Dilma gerou polêmica por se intitular “presidenta”, assim, no feminino, e não “presidente” da República. A ação causou estranheza em um País que, apesar de eleger a primeira mulher à Presidência com 56 milhões de votos, ainda sofre com a sub-representação feminina no legislativo e nas prefeituras. Dos 5.570 municípios do Brasil, apenas 675 (12%) são comandados por mulheres, segundo o IBGE. No Congresso, a situação é pior: apenas 8% das vagas são ocupadas por

deputadas ou senadoras.

O problema é apontado pela ONU Mulheres como um grave entrave no avanço da cidadania das brasileiras. “O Brasil precisa avançar muito na participação das mulheres em todos os espaços de poder e decisão - Executivo, Legislativo, Judiciário e empresas. Enquanto as mulheres não tiverem acesso ao poder, a equidade ainda será um dos maiores desafios a serem alcançados”, afirma Nadine.

O “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão” também é outro capítulo a parte no PNMP, mas esse sem grandes avanços. Para corrigir essa distorção, as militantes dos movimentos feministas defendem ir além do que a cota implantada por lei pela Justiça Eleitoral, que determina que 30% dos candidatos dos partidos sejam mulheres. Para elas, é necessária uma reforma política, que altere as regras de financiamento. “Ainda a vida das mulheres tem essa sobrecarga de trabalho muito grande que as mulheres não dispõem de tempo de participação. Tem que mudar o sistema político e as condições objetivas de vida da mulher”, defende Sônia.

O Instituto Patrícia Galvão divulgou uma pesquisa Ibope em julho do ano passado que mostra que 80% dos brasileiros consideram que deveria ser obrigatória a composição dos legislativos municipais, estaduais e nacional por metade de mulheres. Mas esse apoio teórico não se reflete na realidade. Essa sub-representação indica que, além de não se candidatarem em número suficiente, as mulheres brasileiras, maioria da população, não votam em mulheres. “A nossa sociedade é patriarcal, onde as mulheres são vistas como inferiores e elas muitas vezes incorporam essa ideologia e acreditam que os homens as representam melhor. A mulher ainda é vista como pertencente ao ambiente privado, que deve ficar em casa, e não é capacitada”, diz Sônia.

Acesse no site de origem: [Dilma mantém política para mulheres de Lula, mas ainda busca assinatura na área \(iG, 19/05/2014\)](#)